



COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER



ANTÓNIO DE SOUZA-CARDOSO
 (Conselho Superior da Causa Real)

Está Tudo Maluco ou Quê?

Temos mesmo de fazer “reset” ou “delete” aos últimos anos da nossa existência social e política.

Parece que desde o Covid fomos todos tocados por uma paralisia mental que nos desobriga das duas coisas fundamentais a uma cidadania estruturante: a ética e a responsabilidade.

Esta omissão ou conformismo a uma vida wok, numa sociedade cada vez mais preconceituosa e menos solidária, cada vez mais atenta às percepções do que à verdade, cada vez mais longe de princípios e mais aprisionada a clichés. Ou a tiques sociais adotados sem nenhuma reflexão, análise ou conhecimento, mas apenas para repetir quase mimeticamente uma cartilha anódina, feita de palavras ocas e de propósitos ambíguos, mas com uma convicção exagerada, quase profética que afasta ou elimina todos aqueles que a não seguirem.

Entregamos a vida em comunidade, às redes sociais e aos media no geral que hoje ergueram um nova espécie de profetas chamados comentadores e aos partidos políticos, que beneficiam de sistemas organizativos gastos e em acelerada degeneração.

Com ideologias ultrapassadas pela evolução rápida da vida, da tecnologia e do pulsar de uma sociedade cada vez mais hedonista e mais longe do outro. Onde a esperança e o sonho se trocam por dinheiro, onde a família vale cada menos, onde os princípios ou valores são apenas os que existem na Bolsa ou no bolso dos cidadãos.

O problema é que esta anestesia das pessoas, contaminou as instituições – pois não é de pessoas que elas são feitas(?). E a mesma atitude de falta exigência ou de compromisso, sem participação ou responsabilidade transmite-se à Escola, ao Tribunal, ao Hospital. É o sistema que apodrece todos os dias, por falta de organização e planeamento, sim. Mas, principalmente, por falta de compromisso e de um desígnio, de um exemplo, ou de um missão maior.

Também a Europa e o Mundo vêm soçobrar as suas mais relevantes Instituições e não falamos já das supranacionais como a União Europeia, a Nato e a ONU. Mas antes ainda dos Estados que perderam o que os caracterizava enquanto tais – com os seus pilares bem definidos na Soberania, no Território e na Nação.

Nada parece ser como dantes, nem as premissas ou fundamentos seculares de instituições tão vitais como a Família, a Comunidade, o Estado.

O nevoeiro de Fernando Pessoa volta a envolver Portugal e a Europa numa nuvem onde poucos conseguem ver.

“
Quanto falta para percebermos que é a verdade que tem de ser restaurada?
A de um Mundo que volta a precisar de desígnios, valores e princípios.
A de Homens e Mulheres que precisam de voltar a ter esperança.
Homens e Mulheres que percebam que afinal ainda podem sonhar.
 ”

O Mundo fica entregue a percepções. Esquecendo-se cada um de nós que o que parece ser, se fosse, não parecia, era! Porque a verdade verdadeira, aquela que falta no espírito e na alma dos cidadãos do Mundo e, em especial, dos seus dirigentes, essa é, sempre foi, límpida, clara e inconfundível.

Quanto falta para percebermos que é a verdade que tem de ser restaurada? A de um Mundo que volta a precisar de desígnios, valores e princípios.

A de Homens e Mulheres que precisam de voltar a ter esperança.

Homens e Mulheres que percebam que afinal ainda podem sonhar.

Homens e Mulheres que não continuem condenados a ouvir a catástrofe de uma vida onde tudo é mutável e transaccional.

Onde se salva quem puder. Onde o outro deixou de ter espaço no nosso coração.

Onde sobreviver é mais importante do que viver em harmonia e em paz.

Quando algo se descompassava do ritmo certo e previsível da minha vida de adolescente havia um querido parente, já idoso que com justa indignação gritava, quase colérico: - Está tudo maluco ou quê?

Na (sua) sábia esperança que, depois da tempestade, a bonança regressasse, apenas dentro de momentos.

O crescimento das empresas não depende apenas dos impostos e da burocracia



ROLANDO VAZ
 Economista Sénior
 Professor universitário

Se os impostos e a burocracia explicassem tudo, empresas semelhantes – no mesmo país, setor de atividade e sob as mesmas regras – tenderiam a apresentar um crescimento idêntico. Mas não apresentam.

Ainda assim, quando o tema é discutido, a crítica apresentada pelos vários especialistas incide quase sempre sobre o Estado: impostos elevados, burocracia excessiva, morosidade da justiça ou lentidão nos processos de licenciamento. Essa explicação, tão repetida até à exaustão, é apenas uma parte da história e revela-se demasiado redutora para quem pretende compreender de forma ampla o que realmente determina o crescimento das empresas. Para tal, é indispensável analisar três níveis fundamentais: o indivíduo, a empresa e o ambiente externo.

Podemos começar por falar do indivíduo: o empresário. Nenhuma empresa poderá crescer se o empresário não tiver intenção de que a empresa cresça. O empresário é quem toma a decisão, sendo livre para decidir se quer que a sua empresa cresça ou não. Naturalmente, há empresários que podem ter outras ambições que não passam pelo crescimento das suas empresas. No ato de empreender, podem simplesmente estar a pensar na sua independência e subsistência, ou seja, ser o seu próprio patrão. Certamente existem outros empresários orientados para o crescimento, com ambição e motivação para explorar oportunidades com o objetivo de criar um reino privado. Portanto, há características idiossincráticas num empresário (ambição, motivação, experiência, propensão ao risco, amplitude de controlo, entre outros) que em conjunto com outros recursos (trabalho e capital) são uma fonte de criação capaz de fazer crescer uma empresa.

Isto remete-nos para o segundo nível de análise: a empresa. Ou seja, para os fatores internos que contribuem para o seu crescimento. Existem dois grupos de fatores internos: i) aqueles que distinguem a essência e as características da empresa: visão, missão, objetivos, idade, localização, entre outros; e ii) aqueles que se relacionam com os seus recursos específicos: recursos humanos (formação, desenvolvimento e retenção), recursos de capital (máquinas, infraestruturas, ferramentas) e recursos financeiros (internos). São fatores que a empresa pode

aproveitar com o objetivo de aumentar a produtividade, a eficiência e, com isso, potenciar o seu crescimento. É possível observar empresas do mesmo setor de atividade, expostas às mesmas regras e impostos, crescerem de forma muito distinta – exatamente porque os fatores internos e o perfil do empresário diferem. Em jeito de nota, outra observação são os modos como a empresa cresce: interno, externo e híbrido. São também os caminhos estratégicos: exportação, fusões e aquisições, joint ventures, franchisings, alianças, licenciamento; e as estratégias que utiliza para potenciar o crescimento: inovação, internacionalização, diversificação, penetração no mercado. Alguns dos fatores relacionados com a empresa levam-nos ao terceiro nível de análise: o ambiente externo. São todos os fatores que proporcionam oportunidades ou ameaças para uma empresa, mas que residem fora do controlo direto do empresário. Podemos afirmar que o crescimento da empresa pode ser determinado externamente pela dinâmica do mercado, pelo mercado de fatores de produção, mercado financeiro (externo), mercado tecnológico, assim como a dimensão política (impostos e burocracia), tudo isto pode inibir ou potenciar o crescimento da empresa. Os países nos quais as empresas operam diferem nos contextos, político, económico, social e tecnológico, pelo que fatores externos podem restringir ou criar janelas de oportunidade para o crescimento das empresas em diferentes localidades. Resumidamente, os fatores externos, particularmente a dimensão política, são frequentemente apontados pelos inúmeros especialistas como sendo os principais inibidores do crescimento das empresas. No entanto, este fenómeno é heterogéneo. Se as empresas não apresentam um crescimento idêntico, isso deve-se não apenas aos fatores externos, mas também à heterogeneidade dos empresários e às características da própria empresa. Por isso, é essencial debater o tema de forma ampla, antes de fazerem possíveis alterações no ambiente externo. É necessário pensar estrategicamente na política industrial do país, antes de ser implementada “uma moderna política” para as empresas, especialmente para as pequenas e médias empresas. Sem compreender esta heterogeneidade, qualquer política industrial está condenada a falhar ainda antes de ser implementada.

Esta coluna de opinião é dinamizada pela Ordem dos Economistas - Norte com o objetivo de contribuir para a valorização dos economistas e o desenvolvimento da economia portuguesa.